

Nova York e Miami são os principais destinos de imigrantes durante governo Biden

Nova York, Los Angeles, Chicago, Houston e Miami foram, respectivamente, os principais destinos de imigrantes nos EUA de março a maio de 2023

Durante o período da administração Biden, de 1º de março de 2021 a 31 de maio de 2023, cerca de 1,9 milhão de não cidadãos entraram nos Estados Unidos com a notificação para comparecer a um tribunal posteriormente. Os 5 principais condados de destino no período citado foram: cidade de Nova York (que engloba cinco condados), o principal destino com cerca de 134.848; Miami-Dade (FL) em segundo, com 114.408 imigrantes; Los Angeles (CA) em terceiro com 74,854; condado de Harris (TX) com 67,550; e condado de Cook (IL) com 36,355 requerentes de asilo e outros. Os dados são do Departamento de Segurança Interna e foram compilados pelo Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC) na Syracuse University.

Cuba, Venezuela, Equador,

Nicarágua, Colômbia, Haiti, Rússia, Peru, China, Geórgia, Índia, Uzbequistão, Honduras e República Dominicana foram os principais países de origem, segundo o TRAC.

A cidade de Nova York e o condado de Miami-Dade tiveram nacionalidades de imigrantes notavelmente diferentes. Por exemplo, apenas 270 cubanos se estabeleceram na cidade de Nova York, enquanto 55.668 se estabeleceram em Miami. Apenas 291 equatorianos se estabeleceram em Miami, enquanto 24.680 equatorianos foram para a cidade de Nova York.

Repetindo esse padrão, o número de russos que se estabeleceram na cidade de Nova York foi de 10.385 contra apenas 806 em Miami; para chineses 6.681 localizados na cidade de Nova York contra 10 em Miami e 6.146 georgianos contra 17

em Miami.

Se for separar somente de março a maio deste ano, Nova York, Los Angeles, Chicago, Houston e Miami foram, respectivamente, os principais destinos de imigrantes em busca de asilo nos Estados Unidos. Quase 39.000 se estabeleceram na área da cidade de Nova York, com base nos códigos postais de onde os imigrantes com novos casos de deportação se estabeleceram, de acordo com os registros do Tribunal de Imigração. No período citado, 16,331 imigrantes foram para o condado de Los Angeles; 11,749 para o condado de Cook, em Chicago, 11.037 para o condado de Harris, onde está Houston e 10.897 para Miami-Dade, onde está Miami.

Esses números compilados pelo Transactional Records Access Clearinghouse (TRAC) na Syracuse University abrangem

chegadas muito recentes de 1º de março de 2023 a 31 de maio de 2023.

Esses NTAs emitidos pelos funcionários do Departamento de Segurança Interna (DHS) exigem que esses não cidadãos compareçam ao Tribunal de Imigração e se defendam contra os esforços do governo para deportá-los. Para muitos, eles precisarão estabelecer que devem receber asilo ou formas alternativas de alívio da remoção.

Cerca de um quarto (23%) desses requerentes de asilo (88.779) acabam nessas cinco grandes áreas metropolitanas. Os 296.504 indivíduos e famílias recém-chegados restantes se dispersam muito mais amplamente. De fato, 2.399 outros condados se tornaram o lar desses indivíduos apenas nos últimos três meses.

A maioria dos indivíduos re-

cém-emitidos com notificação para comparecer ao tribunal entrou nos EUA pela fronteira sudoeste do país, mesmo os vindos da Rússia e o Uzbequistão. Colômbia, Peru, Equador e Brasil são os principais países da América do Sul.

Laços nos EUA

Imigrantes de um país específico geralmente se dirigem para comunidades com as quais têm parentes ou outros laços.

Por exemplo, a grande maioria dos cubanos recém-chegados se estabeleceu na Flórida e particularmente no condado de Miami-Dade. Em contraste, a maioria dos russos está indo para Nova York e Califórnia. Os do Brasil estão localizados em Massachusetts e seus casos estão sendo ouvidos por juízes baseados em Boston. Muitos indivíduos do Equador foram para a cidade de Nova York.



“Presidentes não podem acabar com cidadania para filhos de indocumentados”, diz Tim Scott

O candidato republicano à Casa Branca, senador Tim Scott, da Carolina do Sul, questionou a legalidade das promessas de campanha feitas pelo ex-presidente Donald Trump e pelo governador da Flórida, Ron DeSantis, de acabar com a cidadania por primogenitura para filhos de imigrantes que vivem ilegalmente nos EUA.

Questionado, se ele se juntaria a Trump e DeSantis na promessa de revogar a cidadania por primogenitura por meio de uma ação executiva se eleito presidente, Scott disse que não acredita que os presidentes possam fazê-lo unilateralmente, ecoando juristas que acreditam que a mudança exigiria uma emenda à Constituição dos EUA.

“Acho que o Congresso teria que agir. O presidente não pode fazer isso sozinho”, disse Scott à CBS News após uma mesa redonda com líderes comunitários em Yuma, Arizona, uma área ao longo da fronteira EUA-México que registrou níveis recordes de

travessias de migrantes nos últimos anos.

Questionado se ele acha que Trump e DeSantis estão fazendo promessas que não teriam autoridade legal para cumprir, Scott respondeu: “Sim, não sei como você faz isso sem enfrentar os desafios constitucionais”.

“Acho que o Congresso teria que agir. O presidente não pode fazer isso sozinho”, disse Scott à CBS News após uma mesa redonda com líderes comunitários em Yuma, Arizona, uma área ao longo da fronteira EUA-México que registrou níveis recordes de travessias de migrantes nos últimos anos.

Questionado se ele acha que Trump e DeSantis estão fazendo promessas que não teriam autoridade legal para cumprir, Scott respondeu: “Sim, não sei como você faz isso sem enfrentar os desafios constitucionais”.

Sob uma interpretação de décadas da Constituição,

as crianças nascidas em solo americano recebem automaticamente a cidadania dos EUA, mesmo que seus pais não sejam cidadãos ou estejam legalmente presentes no país. Os linha-duras da imigração há muito criticam a política, dizendo que ela incentiva os pais a virem para os EUA ilegalmente e depois se beneficiarem dos benefícios disponíveis para seus filhos nascidos nos EUA.

Em maio, Trump prometeu emitir uma ordem executiva para contestar a cidadania por primogenitura em seu primeiro dia de volta à Casa Branca se derrotar o presidente Biden, um democrata. Trump sugeriu a mudança durante seu mandato, mas nunca agiu. Em junho, DeSantis, que divulgou sua recente assinatura de uma rígida lei estadual de imigração durante a campanha, também prometeu acabar com a cidadania por primogenitura.

Qualquer ação para derubar a cidadania por primogenitura certamente en-



frentariadesafios legais, uma vez que a 14ª Emenda da Constituição decreta que “pessoas nascidas ou naturalizadas nos Estados Unidos” são “ci-

dadãos dos Estados Unidos e do Estado em que residem”.

A emenda à Constituição deve ser proposta por uma maioria absoluta no Con-

gresso ou por uma convenção constitucional convocada por dois terços de todos os estados. Em seguida, requer a ratificação por três quartos dos estados.